

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO
ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
DO EXERCÍCIO DE 2019**

Emitente: Controladoria Geral Interna – CGI

Gestores responsáveis:

Domingos Fracaroli (Presidente de 01/01/2019 a 23/08/2019)

Antônio Celso Callegário Filho (Presidente de 23/08/2019 a 27/11/2019)

Warlen César Bortoli (Presidente de 27/11/2019 a 31/12/2019)

Exercício: 2019

Castelo, ES, março de 2020

Unidade Administrativa: Câmara Municipal de Castelo/ES

Documento: Relatório e parecer conclusivo do órgão central de controle interno do exercício de 2019.

Abreviatura: RELUCI.

Natureza: Relatório.

Matéria(s): Controle interno.

Exercício: 2019.

Data de Elaboração: 10/03/2020.

Responsáveis: Domingos Fracaroli (Presidente de 01/01/2019 a 23/08/2019), Antônio Celso Callegário Filho (Presidente de 23/08/2019 a 27/11/2019), Warlen César Bortoli (Presidente de 27/11/2019 a 31/12/2019) e Tássia Moreira Pinon (Controladora-Geral Interna).

Base normativa: Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017, Anexo III, Tabela 8.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES

Emitente: Controladoria-Geral Interna (CGI)

Entidade: Poder Legislativo do Município de Castelo/ES

Gestores responsáveis:

Domingos Fracaroli (Presidente)

Antônio Celso Callegário Filho (Presidente)

Warlen César Bortoli (Presidente)

Exercício: 2019

1. RELATÓRIO:

1.1. Introdução:

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Os pontos de controle selecionados para análise tiveram por base a Tabela Referencial 1 da Tabela 8 do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 43, de 05/12/2017, e alterações posteriores, a partir da qual houve constatações e proposições sugeridas, emitindo-se, ao final, o parecer conclusivo.

1.2. Constatações e proposições

Mais do que explanar pontualmente cada ponto de controle, transcrevendo de maneira integral partes da tabela, optamos, ao reverso, por explanar sucintamente os achados, até porque alguns dos objetos de auditoria não constavam da Tabela Referencial 1 da Tabela 8 do Anexo III da Instrução Normativa TCE-ES nº 43/2017.

a) Servidores públicos ocupantes de cargos comissionados (código 2.6.1 da Tabela Referencial 1):

Foi verificado que algumas atribuições que se relacionam mais a de cargos efetivos estão sendo desempenhadas por servidores ocupantes de cargos em comissão, cuja função precípua destina-se à direção, chefia e assessoramento.

Consultado o gestor que concluiu o exercício de 2019 ele informou que a Câmara Municipal de Castelo conta com 41 servidores em seu quadro, sendo 37 ocupantes de cargos comissionados, dos quais 13 são assessores de vereadores e 2 são efetivos ocupando cargos em comissão, 2 servidores em cargos efetivos do próprio quadro da Câmara e 2 servidores efetivos cedidos da Prefeitura.

Assinalou que esse panorama é observado há muitos anos e que em 2018 promoveu a abertura e a realização das provas do concurso público, cujo resultado foi homologado em abril de 2019, sendo que em 2020 já ocorreu uma nomeação e outras devem se seguir, sanando, assim, qualquer eventual inconsistência e cumprindo o termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público para esse fim.

Ainda assim foi recomendada a adoção das providências necessárias para a adoção deste desiderato o quanto antes.

b) Tecnologia da informação e portal de transparência:

Após a análise dos sistemas de tecnologia da informação da Câmara chegou-se à conclusão de que alguns cuidados precisam ser observados.

No relatório do exercício de 2018 foi apontada a necessidade da realização de backups periódicos e a manutenção de arquivos nas máquinas da Câmara e não apenas em poder e servidores de empresas terceirizadas providências que, segundo o gestor que concluiu o exercício de 2019, foram adotadas já que foram realizados backups de diversas máquinas bem como o armazenamento de uma série de dados em computadores locais, evitando assim que numa eventual perda de dados salvos em servidores de internet eles possam ser recuperados.

Entretanto, o site ainda apresenta alguma dificuldade quanto aos mecanismos de buscas de projetos e normas, que poderiam ser melhores e mais claros, embora, no geral, tenha melhorado em alguns aspectos, recebendo um volume maior de informações como as relações das presenças e faltas de vereadores, inteiro teor das atas das sessões, legislação orçamentária (LDO, PPA e LOA), licitações e contratos, tudo isso atualizado.

Há que se registrar também que no exercício de 2019 o índice de transparência passiva do Legislativo melhorou, passando da última posição em 2016, ao lado de outras 36 câmaras, para a 9ª posição, ao lado de outras 6 câmaras, subindo assim 44 posições, sendo recomendado pela Controladoria, entretanto, a adoção das providências sugeridas pelo Tribunal de Contas do Estado, quais sejam, a divulgação de relatório de processamento de pedidos e a possibilidade de acompanhamento do pedido

no site, naquilo que o gestor atual, o mesmo que concluiu o exercício de 2019, informou estar buscando junto aos setores de TI.

c) Controle da execução dos contratos:

Embora não tenha sido observado nenhum indício de irregularidade na execução das despesas referentes a contratos, a ponto de não revelar inconsistências no seu cumprimento, é digno de registro que o Legislativo poderia aperfeiçoar os mecanismos de controle dos bens e serviços recebidos, o que tornaria consequentemente melhores alguns procedimentos de liquidação.

Assim, a aquisição de papéis, envelopes, capas de processo, café em pó, combustíveis e sonorização volante, por exemplo, poderiam ser instados a um melhor controle, já que se tratam de bens e serviços de fruição periódica, revelando maior clareza para prevenir erros e facilitar a fiscalização.

d) Folha de pagamento e despesas com pessoal:

No exercício de 2019 não houve nenhuma alteração relevante quanto aos investimentos em matéria de pessoal, dado que não houve reajuste ou revisão anual em favor dos servidores ou vereadores mantendo assim a folha em patamar equilibrado.

A única exceção digna de nota foi o aumento do vencimento-base do cargo de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais ocorrido em março de 2019, cujo impacto orçado para aquele exercício foi de R\$ 8.355,52 anuais e para os seguintes foi de R\$ 9.426,64 anuais, aumento sensível que não comprometeu as finanças nem os limites legais e constitucionais.

Talvez por isso o total da despesa com pessoal do Poder Legislativo tenha ficado em R\$ 2.649.214,19 – 2,61% da receita corrente líquida do Município de Castelo em 2019, contra 2,80% observado no ano anterior (despesa de R\$ 2.608.605,03).

Mesmo assim o gestor foi informado sobre a constante evolução das despesas com pessoal e a possibilidade de que elas venham aumentar razoavelmente a partir do ano de 2020 por conta da nomeação de servidores efetivos oriundos do concurso público, cujas remunerações mensais poderão acarretar despesas no valor de R\$ 17.948,48, já incluindo encargos sociais, razão pela qual a execução financeiro-orçamentária dessas despesas deve ser acompanhada com atenção para que tal equilíbrio seja mantido.

1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal:

Quanto à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, tomando-se por base os parâmetros da Tabela Referencial 1 da Tabela 8 do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 43/2017, a CGI verificou que o gestor atendeu aos preceitos normativos vigentes, devendo ser destacado o cumprimento de todos os limites e metas financeiros e orçamentários, sobretudo no que tange às despesas de caráter continuado com pessoal, ressaltando, finalmente, que o Legislativo cumpriu sua obrigação com todos os servidores, vereadores e fornecedores em 2019, devolvendo ainda saldos financeiro e orçamentário para a Prefeitura de Castelo, o que evidencia o equilíbrio e parcimônia das contas do Legislativo Municipal.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO:

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade de Domingos Fracaroli (Presidente de 01/01/2019 a 23/08/2019), Antônio

Celso Callegário Filho (Presidente de 23/08/2019 a 27/11/2019) e Warlen César Bortoli (Presidente de 27/11/2019 a 31/12/2019), todos exercentes do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Castelo, relativa ao exercício de 2019, nos períodos antes indicados.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular, tendo em vista que a Câmara Municipal de Castelo demonstra o cumprimento das normas inerentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e operacional, observando, no objeto auditado, a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Castelo, ES, 10 de março de 2019.

TÁSSIA MOREIRA PINON
Controlador-Geral Interno